

## **Observatório de Extensão Pesqueira em Rio Formoso - Pernambuco<sup>1</sup>**

Aleksander Victor Galdino da SILVA<sup>2</sup>

Luiz Henrique Braga de Oliveira JÚNIOR<sup>3</sup>

Angelo Brás Fernandes CALLOU<sup>4</sup>

Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

### **Resumo**

No presente artigo são analisados os primeiros resultados das atividades de Extensão Pesqueira no Município de Rio Formoso, no âmbito do projeto de pesquisa Observatório de Extensão Rural e Extensão Pesqueira no Município de Rio Formoso, Pernambuco (Observer), do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex) da Universidade Federal Rural de Pernambuco). O Observer Rio Formoso tem como objetivo analisar os impactos das políticas públicas de Extensão Rural e Extensão Pesqueira para o desenvolvimento das atividades agrícolas e não agrícolas, da pesca artesanal e da piscicultura, em contextos populares, na perspectiva do desenvolvimento local, no período 2011 e 2015. A parte do projeto aqui analisada é um dos resultados do Plano de Trabalho do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e do Programa de Iniciação Científica Voluntária (Pic) da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

**Palavras-chave:** Extensão Pesqueira; Desenvolvimento Local; Pesca.

### **Introdução**

O projeto de pesquisa Observatório de Extensão Rural e Extensão Pesqueira no Município de Rio Formoso, Pernambuco vem na esteira das preocupações da Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura (UNESCO), desenvolvidas nos anos de 1970: a de colocar a comunicação como uma das dimensões importantes dos direitos humanos (VALENTE, 2008). Se essas preocupações pautaram o denso Relatório MacBride (1980) - ao revelar a desigualdade, a iniquidade e o caráter unidirecional da informação e da

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado na Divisão Temática, da Intercom Júnior – Estudos Interdisciplinares da Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Graduando em Engenharia de Pesca, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), email: aleksander.victor@gmail.com

<sup>3</sup> Graduando em Engenharia de Pesca, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, participante do Programa de Iniciação Científica Voluntária (Pic), email: luiz\_sorindo@hotmail.com

<sup>4</sup> Professor Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Doutor em Ciências da Comunicação e Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX), email: abcallou@gmail.com

comunicação no mundo -, a onda neoliberal pela “livre circulação da informação” acabou por eclipsar a perspectiva de democratização dos *media*. (BELTRÁN, 2000; RUIZ, 2005).

Parece anacrônico aludir o Relatório MacBride, como se refere Melo (2008), como justificativa de um projeto de pesquisa, sobretudo quando Ruiz nos informa de que nada mudou “na estrutura básica de la comunicación en el mundo” (2005, p. 7). Fato é que o Relatório MacBride, como se refere ainda Mello (2008, p. 43), suscita uma “instigante revisita neste momento em que a comunidade internacional discute o estatuto da sociedade da informação.” Na pauta dessas discussões estão as dinâmicas de inclusão/exclusão dos contextos populares nos processos de globalização das culturas e dos mercados.

Nesse cenário, a Extensão Rural e, mais recentemente, a Extensão Pesqueira, vêm discutindo, do ponto de vista teórico, desde meados dos anos de 1990, um novo quefazer para o extensionismo rural e pesqueiro no Brasil (CALLOU, 2007). Com o agravamento dos problemas ambientais e da pobreza no meio rural e na pesca artesanal, a Extensão Rural e Pesqueira têm apontado o desenvolvimento local como uma saída, se não redentora dos problemas sociais dos meios em questão, ao menos como uma arena a ser construída para o enfrentamento dos processos de globalização no âmbito local. (TAUK SANTOS, 2003; PIRES, 2003; CAPORAL, COSTA BEBER, 2007; TAUK SANTOS, 2008). O aproveitamento endógeno e sustentável do potencial socioeconômico e cultural por meio de um esforço de mobilização comunitária (JARA, 2001) é a compreensão que aqui se tem do desenvolvimento local.

A partir de 2003, com a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), fica estabelecida uma nova perspectiva para a Extensão Rural e Pesqueira no Brasil (BRASIL, 2004). A agroecologia assume então um papel preponderante nessas atividades extensionistas. Preponderância que acaba por ser destituída pela Lei de ATER nº 12.188, em 2010 (CAPORAL, 2011).

Passados oito anos da ascensão e queda da Pnater, alguns estudos vêm revelando os avanços e recuos do que fora essa política nas organizações governamentais, particularmente em nível estadual (SILVA, 2011; RAMEH, 2009). Entretanto, não se tem ainda estudos que revelem a complexidade da implementação da Pnater e, mais recentemente, da Lei de ATER, a partir de diferentes vetores de análise e por um período de observação mais longo, tendo como foco o desenvolvimento local.

Pensar políticas públicas para enfrentar os desafios contemporâneos das comunidades pesqueiras na perspectiva do desenvolvimento local é algo que parece atualmente emergir das organizações governamentais e também não governamentais. Em 2003, por exemplo, foi criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap/PR), hoje Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Trata-se de uma iniciativa importante, pois reconhecem que a atividade ficou “relegada aos escalões inferiores da política e da economia...” (BRASIL, 2003, p. 2). Aspecto considerado grave, na medida em que o setor pesqueiro no Brasil é “responsável hoje por 834 mil empregos diretos, 2,5 milhões indiretos e por uma renda anual de 4 bilhões de reais.”(BRASIL, 2003, p. 2).

A intenção do governo, com a criação da Seap/PR-MPA, é alcançar um crescimento superior a 20% ao ano nas atividades de aquicultura e pesca. O Governo transforma-se em indutor desse processo de desenvolvimento através de investimentos na modernização da aquicultura e da pesca, a partir do estabelecimento de parcerias com os estados e municípios e do incremento ao associativismo e cooperativismo (BRASIL, 2003, p. 2).

Delimitar um marco que diferencie as políticas de desenvolvimento passadas com as proposições atuais é o que pretende o governo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentado da Aquicultura e Pesca. Para isso incorpora “uma visão de gerenciamento por projetos que articula a tradicional cultura vertical, até então predominante no serviço público, com os modernos conceitos de gerenciamento horizontal.” (BRASIL, 2003, p. 4).

Fato é que, a despeito dessas iniciativas inovadoras no campo do extensionismo pesqueiro, pouco são também os estudos sobre os impactos dessas políticas na perspectiva do desenvolvimento local das comunidades de pesca. Entretanto, os estudos existentes dão sinais de se tratar de um campo muito mais complexo de análise, em relação às atividades estritamente agrícolas, considerando os aspectos acima mencionados. (CALLOU, TAUK SANTOS, GEHLEN, 2009). O que exige uma observação mais demorada e atenta dessas políticas no setor pesqueiro.

Diante desse quadro geral e da perspectiva de democratização da comunicação, levada a efeito a partir do Relatório MacBride, o presente artigo analisa os primeiros resultados das atividades de Extensão Pesqueira no Município de Rio Formoso, no âmbito do projeto de pesquisa Observatório de Extensão Rural e Extensão Pesqueira no Município de Rio Formoso, Pernambuco (Observater). Este projeto está vinculado ao Programa de Pós-

Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex) da Universidade Federal Rural de Pernambuco. O Observator Rio Formoso tem como objetivo analisar os impactos das políticas públicas de Extensão Rural e Extensão Pesqueira para o desenvolvimento das atividades agrícolas e não agrícolas, da pesca artesanal e da piscicultura, em contextos populares, na perspectiva do desenvolvimento local, no período 2011 e 2015. A parte do projeto aqui analisada é uma das atividades do Plano de Trabalho do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e do Programa de Iniciação Científica Voluntária (Pic) da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

### **O processo de investigação**

A escolha de Rio Formoso para o desenvolvimento da pesquisa se prende ao fato de ali se desenvolver, nos contextos populares, atividades agrícolas, não agrícolas, de pesca artesanal e de piscicultura. Ao lado disso, existem em curso no município processos de intervenção para o desenvolvimento local, por meio de organizações governamentais e não governamentais. Aspectos que fazem de Rio Formoso um local relevante para desenvolver um observatório no âmbito da Extensão Pesqueira.

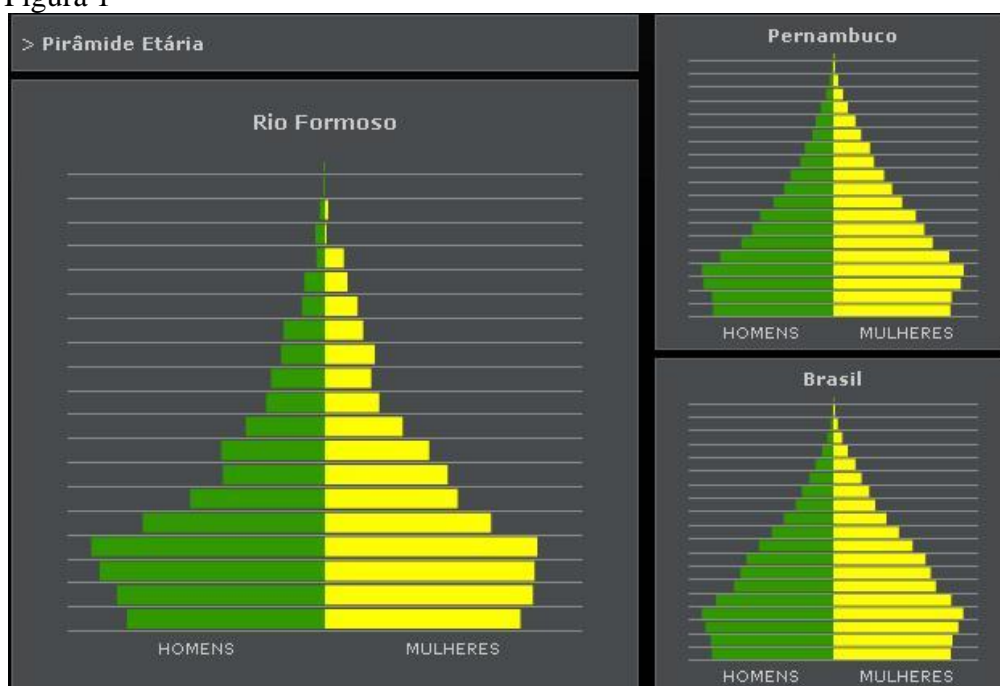
Foram quatro as etapas estabelecidas para o desenvolvimento deste trabalho: i) caracterização socioeconômica do município de Rio Formoso; ii) levantamento das instituições que desenvolvem atividades de Extensão Pesqueira no município; iii) delimitação das comunidades que serão analisadas (neste artigo foi considerado o assentamento Serra D'Água); e iv) realização de entrevista com um membro da Associação Produtiva de Serra D'Água e técnicos ligados às atividades de pesca em Rio Formoso.

### **Aspectos socioeconômicos de Rio Formoso**

O município de Rio Formoso fica situado na zona da mata do estado Pernambuco, a 92 km de Recife. Conhecido pela sua importância histórica e cultural (Batalha do Reduto, Guerra dos Mascates, Abolição da Escravatura), além das suas belezas naturais. Rio Formoso é formado pelos distritos sede e Cocaú (RIO FORMOSO, <http://www.ferias.tur.br/informacoes/5413/rio-formoso-pe.html>, acesso 28 de março 2011).

Rio Formoso possui 227 Km<sup>2</sup> de área. Sua população atual é de 22.151 habitantes. Na Figura 1, pode-se observar, por meio de dados do IBGE (<http://www.ibge.gov.br>, acesso 8 de dezembro de 2011), que a população do município é majoritariamente jovem e adulta.

Figura 1



Fonte : <http://www.ibge.gov.br>

De baixo para cima as idades são, respectivamente, 0 a 4 anos, 4 a 9 anos, 10 a 14 anos, 15 a 19 anos, 20 a 24 anos, 25 a 29 anos, 30 a 34 anos, 35 a 39 anos, 40 a 44 anos, 45 a 49 anos, 50 a 54 anos, 55 a 59 anos, 60 a 64 anos, 65 a 69 anos, 70 a 74 anos, 75 a 79 anos, 80 a 84 anos, 85 a 89 anos, 90 a 94 anos e 95 a 99 anos com 11 habitantes nessa última faixa etária.

No que diz respeito ao Produto Interno Bruto, podemos observar, na Figura 2, que Rio Formoso concentra suas atividades econômicas em serviços e, em menor escala, na agropecuária.

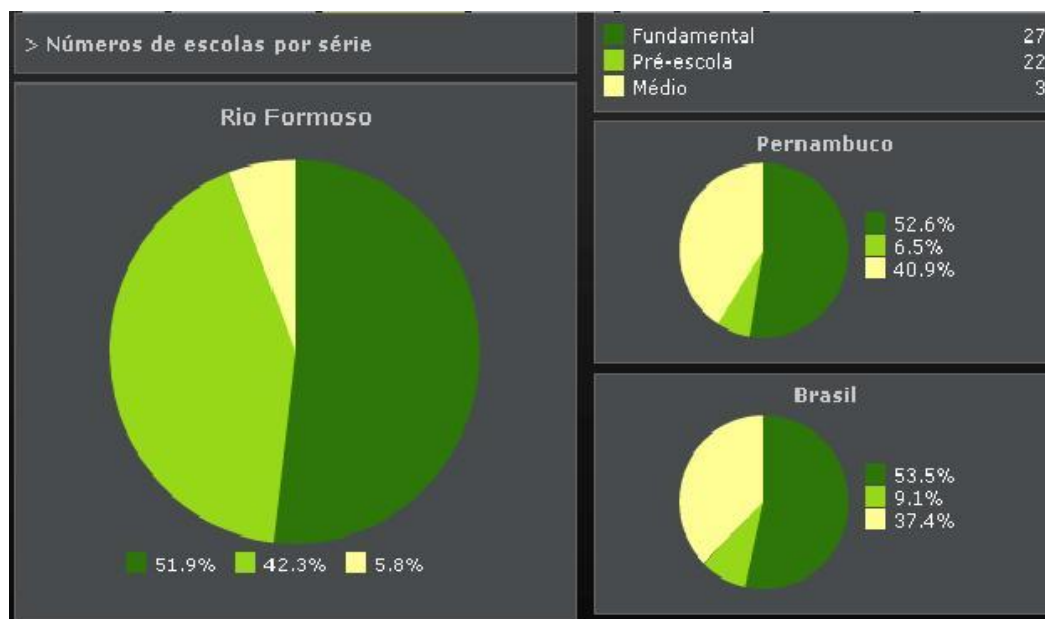
Figura 2



Fonte : <http://www.ibge.gov.br>

A incidência de pobreza em Rio Formoso é de 50,72%, segundo dados do IBGE (<http://www.ibge.gov.br>, acesso 8 de dezembro de 2011). Quanto à situação do ensino no Município, podemos observar, na Figura 3, que a maioria das escolas estão voltadas para o ensino fundamental (51,9 %) e pré-escolar (42,3%). São apenas 3 escolas que se ocupam do ensino médio no município.

Figura 3



Fonte : <http://www.ibge.gov.br>

Foram identificadas, até o momento, 9 organizações que atuam em Rio Formoso para o desenvolvimento do município. Elas estão voltadas não apenas para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura na região, mas também para outras atividades no campo da agropecuária, da cultura e do lazer. O Mistério da Pesca e da Aquicultura (MPA), não desenvolve, segundo informações colhidas na coordenação estadual de Pernambuco, qualquer atividade de apoio à aquicultura local. As organizações identificadas são as seguintes:

- Prefeitura Municipal de Rio Formoso
- Instituto Agrônômico de Pernambuco (Ipa)
- Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (Prorural)
- Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (Assocene)
- Rede de Cooperativas
- Sindicato dos Agricultores
- Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá)

- Fundação Interamericana
- Fundação Petrobras

Entre essas organizações, destacam-se, até o momento, a Prefeitura Municipal de Rio Formoso, o IPA e o Prorural como apoiadoras de trabalhos em Extensão Pesqueira para a aquicultura no município. O Assentamento do Engenho Amaraji e o Assentamento do Engenho Serra D'Água são os territórios identificados pela pesquisa que desenvolvem, atualmente, a piscicultura, além da agropecuária. Em Amaraji, jovens se organizaram em torno da Associação dos Filhos dos Assentados do Engenho Amaraji para cultivar peixe na comunidade. Depois de experiências mal sucedidas no passado nesse campo da produção (CALLOU, 2005), essa retomada da piscicultura no assentamento abre possibilidades para que outros jovens de Rio Formoso se interessem por esse tipo de trabalho e renda. Para fins deste relatório, analisaremos a experiência do Assentamento do Engenho Serra D'Água.

### **Assentamento Engenho Serra D'Água**

Próximo à sede do município de Rio Formoso, o Assentamento Engenho Serra D'Água possui 36 famílias, as quais, na sua maioria, possuem um lote de terra para viver. A Associação Produtiva de Serra D'Água tem 13 anos de constituída e está atualmente sob a presidência o Sr. José Áurea.

No Assentamento se cultiva cana-de-açúcar, que é vendida aos usineiros da região, macaxeira, inhame, coco verde, entre outros, que são vendidos em feiras livres ou comprados pela prefeitura de Rio Formoso. O cultivo de milho, batata, mamão e melancia é realizado num sistema coletivo de produção. A apicultura é praticada, bem como a aquicultura de policultivo. Isto é, o cultivo de tilápia e do camarão gigante da malásia (*Macrobrachium rosenbergii*).

Não há escolas no Assentamento. Talvez pelo fato desse assentamento se situar próximo à sede do Município. A escolaridade dos assentados, segundo informações colhidas no local, chega à segunda série do ensino fundamental. Os assentados informam que o lazer das famílias é frequentar a igreja e jogar futebol.

No que se refere à aquicultura praticada no assentamento, fomos informados que no começo a piscicultura era de tambaqui. Mas com o passar do tempo, e com o apoio do IPA, optou-se pelo policultivo de tilápia com camarão. Atualmente, no fim de cada ciclo (a despesa é realizada a cada 6 meses) obtêm-se R\$11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais)

para serem divididos entre as cinco famílias de assentados envolvidas na atividade, praticamente familiares do Sr. Nadilson, membro da diretoria da Associação local. Os viveiros estão situados nas terras de uso coletivo do Assentamento e são supridos de água pelo riacho vazante da barragem da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa).

Para manter o ciclo de cultivo, em torno de 3 toneladas de pescado, os alevinos são comprados da fazenda Jaqueira e as pós-larvas compradas em Itamaracá. No fim do cultivo, a produção tem comprador certo, segundos os produtores. Entre eles, a Prefeitura de Rio Formoso e os moradores próximos ao Assentamento.

Em virtude dessa experiência bem sucedida da aquicultura local, outros moradores do Assentamento mostraram interesse em participar desse grupo de produtores, mas se desanimaram frente à necessidade de entrarem com um capital inicial. Capital este cobrado pelos produtores, uma vez que as famílias que começaram essa atividade também tiveram que arcar com recursos próprios.

A Prefeitura Municipal de Rio Formoso tem apoiado essa iniciativa de aquicultura, principalmente por meio da compra do pescado para a merenda escolar municipal, mas o custo de produção fica por conta das famílias envolvidas. Atualmente, o IPA apoia, por meio da assistência técnica, essa experiência produtiva. Há interesse de jovens da região pela piscicultura, pois é recorrente a visita deles ao Assentamento para conhecer a experiência.

### **Considerações finais**

A partir do que foi exposto, podemos inferir que as atividades de aquicultura desenvolvidas no Município de Rio Formoso são, ainda, incipientes, apesar do apoio prestado pela Prefeitura Municipal, IPA e Prorural. Como observamos, há, ao que tudo indica, interesse por parte de outros jovens e também de assentados em torno da piscicultura desenvolvida nos assentamentos. Aspecto que sugere uma atenção especial das organizações governamentais, principalmente do Ministério da Pesca e da Aquicultura, no que se refere à Extensão Pesqueira para o desenvolvimento da aquicultura nos contextos populares de Rio Formoso.

É importante registrar que esforços foram envidados no passado para implantar projetos de piscicultura em Rio Formoso, mas não obtiveram os resultados esperados. Fato é que, experiências mal sucedidas de piscicultura em contextos sociais desfavorecidos estão muito



mais relacionadas à forma vertical de comunicação na concepção e implementação dos projetos do que mesmo a dificuldades de manejo e assistência técnica por parte das organizações envolvidas. Refletir sobre os aspectos comunicacionais em projetos de desenvolvimento local se coloca, portanto, como o ponto de partida para o desenvolvimento da aquicultura em contextos populares.

### Referências

BELTRÁN, Luiz Ramiro. El nuevo orden internacional de la información. El sueño em la nevera. *Chasqui*, n. 70, junho, 2000.

BRASIL, Presidência da República, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. *Projeto político estrutural*. Brasília (DF) : julho de 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. *Política nacional de assistência técnica e extensão rural*. Brasília, 2004. Versão final.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. *Extensão rural: polissemia e memória*. Recife : Bagaço, 2007.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. *Relatório final das atividades de extensão pesqueira do projeto renascer (PCPR) em Pernambuco: avaliação e planejamento*. Recife, Projeto Renascer, 2005, 53 p.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes; TAUKE SANTOS, Maria Salett; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes Orgs.). *Comunicação, gênero e cultura em comunidades pesqueiras contemporâneas*. Recife : FASA, 2009.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. *Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007;

CAPORAL, Francisco Roberto. Lei de ater: exclusão da agroecologia e outras armadilhas. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, ago./dez., 2011, nº 1, V. 4, p. 23-33.

IBGE. <http://www.ibge.gov.br>, acesso 8 de dezembro de 2011.

JARA, Carlos Julio. *As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável*. Brasília : IICA, 2001, 352 p.

MELO, José Marques de. Macbride, a NOMIC e a participação latino-americana na concepção de teses sobre a democratização da comunicação. *Logos 28: Globalização e comunicação internacional*. Ano 15, 1º semestre 2008, p. 42-59

PIRES, Maria Luiza. A (re)significação da extensão rural. O cooperativismo em debate. In: TAVARES, Jorge (Org.). *Extensão rural e desenvolvimento sustentável*. Recife: Bagaço, 2003, p. 45-70.

RAMEH, Ladjane Milfont. *Extensão rural e desenvolvimento local: análise das ações da política nacional de assistência técnica e extensão rural para o turismo rural em Pernambuco*. Dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex/UFRPE), 2009.

RIO Formoso. <http://www.ferias.tur.br/informacoes/5413/rio-formoso-pe.html>, acesso 28 de março 2011).

RUIZ, Enrique E. Sánchez. Actualidad del informe MacBride, a 25 años de su publicación. *Scielo*, 2005.

SILVA, Yuri Vasconcelos. *Juventude rural e políticas de extensão rural do instituto agrônomo de Pernambuco*. Dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex/UFRPE), 2011.

TAUK SANTOS, Maria Salett. Pedagogia da sustentabilidade: comunicação ecologia no ensino da extensão rural. In: MELO, José Marques de. *Mídia, ecologia e sociedade*. São Paulo : Intercom, 2008, p. 291-307.

TAUK SANTOS, Maria Salett. Comunicação rural: do difusionismo tecnológico ao desenvolvimento local. In: *Coletânea de Palestras*. Recife : Prorenda, 2003.

VALENTE, Jonas. *Conceito ainda busca espaço no mundo acadêmico*. [http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com\\_content&task=view&id=3969](http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com_content&task=view&id=3969). 2008.